

Segurança pública

Especialistas apontam quais políticas devem ser priorizadas no combate à criminalidade – problema entre os mais citados pelos eleitores brasileiros no início de 2026



Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A sensação de insegurança diante da criminalidade tem aumentado entre os brasileiros. Pesquisa Datafolha realizada no início de março coloca a segurança pública/violência como o segundo principal problema do país, com 19% das citações, atrás apenas da saúde (21%) e à frente de temas econômicos como inflação e economia em geral (11%). A avaliação é feita considerando áreas identificadas pelos entrevistados como de responsabilidade do governo federal, jogando o tema para dentro das campanhas eleitorais. “Essa sempre foi uma agenda para os governos estaduais, mas desde 2018 passou a movimentar o nível federal, reforçando que o eleitor busca uma solução”, afirma Joana Monteiro, pesquisadora da FGV Ebape, cofundadora do Leme, laboratório de pesquisa aplicada voltado à redução da violência.

Se por um lado a evolução da criminalidade e da percepção de insegurança nem sempre andam para o mesmo lado, sendo possível situações em que o medo da população se mantém ou até aumenta mesmo quando o número oficial de ocorrências decresce, de outro é preciso considerar que as perdas geradas pela criminalidade vão além das contabilizadas por cada vítima, refletindo-se em toda a engrenagem socioeconômica. Estudo recente do pesquisador Bruno Pantaleão (FGV Eaesp) mostra, por exemplo, como capitais brasileiras que a partir da década de 2000 investiram em políticas de segurança pública e reduziram a violência contra pessoas e patrimônio melhoraram o ambiente de negócios, gerando mais empregos formais.

Por sua vez, regiões que não fortalecem sua institucionalidade para o combate ao crime comprometem seu potencial de desenvolvimento. “No caso do Rio de Janeiro, não há como dar um tratamento condizente aos desafios do estado sem endereçar a questão da segurança”, afirma Fabio Giambiagi, ao contar por que ele e coorganizadores escolheram esse tema para abrir seu mais recente livro *Um renascer para o estado do Rio de Janeiro* (ver pág. 65). No estado, essas implicações podem ser facilmente imaginadas. De dias letivos perdidos nas escolas em função de confrontos armados a concessionárias de serviços públicos concorrendo com negócios informais, passando

por comércios submetidos a pedágios ilegais, são inúmeras as fontes de prejuízo, minando a capacidade de crescimento do estado, enumerando Giambiagi.

Diferentemente do que se poderia esperar de um livro organizado por economistas, o foco buscado pelos organizadores não foi levantar mais evidências quantitativas, mas sugestões de políticas para equacionar esse grave quadro. No primeiro episódio do *Economia em 15*, o podcast da *Conjuntura Econômica*, conversamos com Giambiagi e Joana Monteiro – que junto a Ramón Chaves, líder de projetos no Leme, escreveram o capítulo que traça diagnósticos e propostas para a redução da criminalidade violenta no estado.

“Uma das coisas centrais que a gente precisa fazer é baixar nossas expectativas do que é um cenário possível no Rio”, adverte a especialista, que presidiu o Instituto de Segurança Pública (ISP) no estado do Rio de Janeiro entre 2015 e 2018. “Um mundo sem presença de crime organizado acho que nunca vai acontecer, mas tenho estimulado as pessoas a discutir quais são os comportamentos criminosos e as manifestações de violência que queremos que parem de acontecer”, diz.

No texto, os autores dividem o problema da criminalidade violenta no Rio em três frentes. São desafios que eles classificam como interligados, que demandam “re-

organizar prioridades, fortalecer capacidades estatais e adotar uma política comprometida com a redução da violência”. Destacamos cada uma delas a seguir.

Elevados níveis de letalidade policial

Os elevados níveis de letalidade policial no Rio são fruto de um padrão de violência armada provavelmente único no Brasil, e como poucos na América Latina, alimentado por disputas territoriais entre grupos armados com intervenção da polícia. “Esse talvez seja um dos debates mais difíceis do Rio de Janeiro, pois muita gente busca considerar que essa violência faz parte do enfrentamento. Mas um dos nossos posicionamentos é que isso atingiu uma magnitude tal e um padrão de atuação, que passou a se constituir um problema público por si só”, afirma Monteiro, lembrando como esses enfrentamentos afetam o funcionamento da cidade. “Toda prestação de serviços públicos que são muito territorializados, como as clínicas de saúde, as escolas, a operação de transporte, fica muito comprometida”, diz. A própria Joana já estudou sobre esse impacto; sua tese de doutorado buscou identificar o efeito desses confrontos no aprendizado escolar. “Na verdade, a violência acaba contribuindo para aumentar o que a gente chama da armadilha de pobreza, afetando a perspectiva de vida dessa população.”

Monteiro afirma que não se trata de “enfrentar com rosas aqueles que encaram a polícia com fuzil”, mas que a força seja usada parcimoniosamente, com autoridade, e não seja a única ação disponível. “Ainda é importante dizer que a polícia militar é a instituição que se sente mais pressionada a agir, pois está no dia a dia apagando incêndios o tempo todo. A crítica aqui

é muito mais porque temos que discutir uma política de segurança que envolva não apenas o uso de operações militarizadas.” A pesquisadora ilustra esse quadro com a megaoperação nos complexos da Penha e do Alemão contra o Comando Vermelho em outubro de 2025, que resultou em mais de 120 mortos e ganhou manchetes no resto do Brasil e no mun-

Rio de Janeiro - registros da criminalidade

Destaques de 2025 - em relação a 2024:

- as mortes por intervenção de agent e do Estado aumentaram **13,4%**;
- as mortes de policiais (em folga e em serviço) subiram **14,5%**;
- entre os crimes contra o patrimônio, o roubo de celular registrou aumento de **15,5%**;
- roubos de rua e a veículos registraram queda, respectivamente, de **2,7%** e **18,4%**;
- mas os estelionatos (quando a vítima é enganada) cresceram **2%**, para **146,9 mil** - maior número da série histórica iniciada em 2003;
- e o número de extorsões (quando a vítima é ameaçada) subiu **19,5%**.



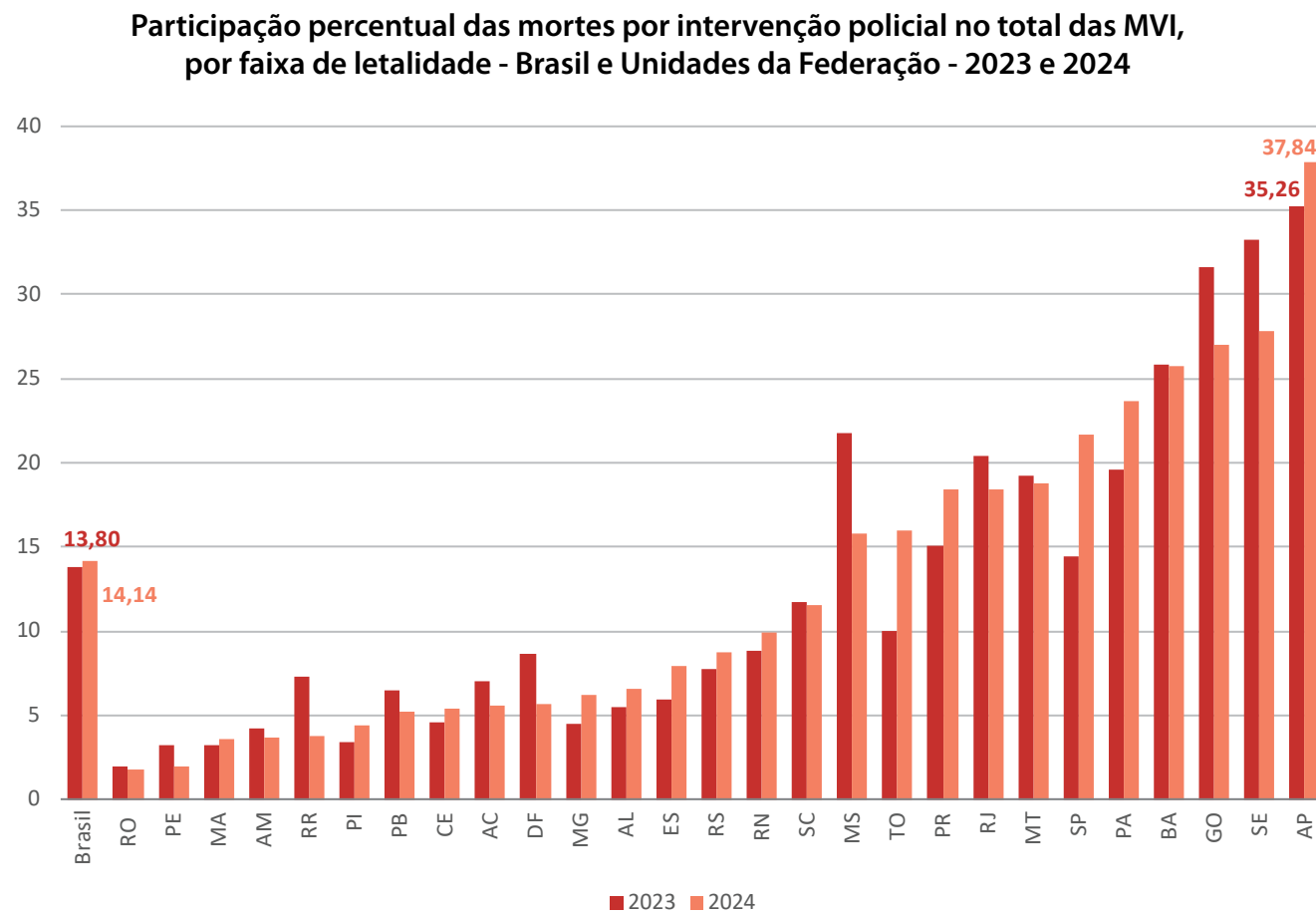
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

do. “O debate sobre esse episódio se limitou a se aquilo podia ou não acontecer, mas sobre se é eficaz ou não. E qualquer especialista da área – seja de direita ou de esquerda – vai dizer que não é”, diz. “No Rio, temos um problema, acima de tudo, de autoridade estatal, e confundimos autoridade estatal com uso da força. Mas a polícia vem usando a força intensamente há 20 anos no Rio, e isso não trouxe autoridade”, afirma Monteiro. Essa autoridade, diz a especialista, se conquista com a legitimidade do uso da força, que é comprometida quando a violência tem correlação



Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil.

Megaoperação nos complexos da Penha e do Alemão no Rio de Janeiro em outubro de 2025 impacta o transporte público e a volta do trabalho.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.

com corrupção policial – tema que mereceu um capítulo à parte no livro de Giambiagi.

No livro, os autores destacam que a implantação das Unidades de Política Pacificadora (UPPs) a partir de 2008, juntamente ao Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM), contribuiu para a redução da violência, em especial, da letalidade da ação policial. “Também foi a primeira vez, aqui no Rio, que colocamos a recuperação do monopólio estatal de territórios como prioridade política”, diz Monteiro. Apesar do ineditismo, entretanto, seu sucesso foi comprometido pela falta de investigação de redes para desestruturação do crime, e pela falta de integração com o sistema prisional. Ampliar a capacidade institucional para o monitoramento de ações policiais – com instrumentos já disponíveis como as câmeras portáteis e procedimentos investigatórios criminais e maior monitoramento das atividades de policiamento ostensivo por um sistema integrado estão entre as recomendações dos especialistas.

Controle de território por grupos armados
Monteiro e Chaves consideram o controle de território por grupos criminosos armados o principal desafio de segurança pública do estado, e que esse diagnóstico demorou para ser reconhecido no estado. “O controle de território é

uma lógica comum na América Latina; o que varia é o valor desse território”, explica Monteiro. No México, a disputa predominante é de rotas para o mercado americano; na Colômbia e no Peru, são os locais para produção de cocaína. “No Rio, os territórios começaram a ser valorizados por serem pontos de varejo da droga, passando com o tempo a serem explorados para uma série de prestação de serviços”, descreve.
“Uma coisa importante de se destacar é que a gente discute

esse problema como se fosse falta de capacidade estatal, mas temos forças policiais muito fortes, bem como um sistema de justiça que prende muito. A questão é manter esses criminosos presos, e isolar os comandantes de facções”, lembra a especialista, destacando que em ações desse tipo o custo se torna individual para os agentes envolvidos, e cujo sucesso também depende da legitimidade da autoridade estatal. Um exemplo recente na América do Sul é o de Rosário, na Argentina (ver pág. 60).



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.

Roubo e furto de celulares*					
Brasil e Unidades da Federação -2024					
	Números absolutos	Taxa por 100 mil habitantes		Números absolutos	Taxa por 100 mil habitantes
Brasil	850.804	400,2	Brasil	850.804	400,2
AC	3.286	373,1	PB	5.256	126,8
AL	8.876	275,6	PR	32.368	273,7
AP	5.695	709,4	PE	45.037	472,1
AM	35.607	831,7	PI	14.199	420,6
BA	61.702	415,5	RJ	58.813	341,5
CE	34.392	372,5	RN	16.005	464,4
DF	22.402	751,0	RS	15.063	134,1
ES	17.296	421,6	RO	11.478	657,3
GO	18.556	252,4	RR	2.625	366,2
MA	27.847	397,2	SC	20.600	255,6
MT	10.096	263,2	SP	270.488	588,4
MS	6.517	224,6	SE	7.576	330,7
MG	44.826	210,2	TO	4.041	256,2
PA	50.157	578,9			

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
*Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas.



Estados com programas de recuperação de celulares no Brasil - 2025

Categoria	Qtd. de UFs	Unidades da Federação
UF com iniciativas isoladas	6	MT, MS, SP, AC, PR, RJ
UF com programas estaduais	13	AL, BA, CE, MA, PB, PE, SE, PI, ES, MG, PA, AM, DF

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Joana Monteiro afirma que, no Rio, apesar de haver a identificação sobre quais grupos controlam cada área, ainda falta um monitoramento detalhado da expansão desse controle para a definição de estratégias e prioridades. Outra frente essencial, defende, é o aprimoramento da legislação brasileira para atacar esse problema. Nesse campo, ela defende que a Lei Antifacção, sancionada em março, contribui ao tipificar o crime das facções, que são as que detêm o controle territorial. “Com ela, se cria uma demanda para definir melhor esse problema. O que tínhamos até aqui era a Lei de Organizações Criminosas, que prevê a mesma pena para um grupo que rouba veículo e para o chefe de uma organização criminosa, sem capacidade de fazer um tratamento diferenciado para os grupos que exercem muita violência”, explica. “Quando se conversa com promotores, com delegados, eles mencionam a frustração quando se vê um grupo dominando segmentos como o mercado de internet e não ter como imputá-los. Afora isso, entretanto, há várias dimensões de regras regulatórias no âmbito do direito administrativo que poderiam ser usadas para você proibir uma série de atividades, sobre as quais não discutimos”, completa. Melhorar a definição desse problema, porém, é um avanço importante, ainda que mais lento do que o ideal.

Furtos e roubos em ambientes públicos

Furtos e roubos em ambientes públicos são, para os especialistas, a parte do problema que mais se relaciona com a sensação de insegurança nas cidades. “Há indicações de relações destes com a criminalidade organizada de uma forma que ainda não temos tão bem identificada, mas de fato é o desafio que mais define nossa relação com a cidade, marcado pelo medo de andar nas ruas”, diz Monteiro.

Para esse problema, os autores identificam três estratégias principais de enfrentamento: a recuperação da capacidade de policiamento preventivo focalizado; o fortalecimento das capacidades municipais de segurança pública e a qualificação de investigações criminais,

com uso intensivo de dados e inteligência – frentes que já contam com casos de referência no Brasil (confiras nas págs. 62 e 64).

“No caso do policiamento preventivo focado nos pontos quentes – que concentram ocorrências –, trata-se de algo que perdemos muito no Brasil. É uma armadilha em que muitas políticas no mundo ficaram presas, de ter de deslocar todo o seu atendimento para o atendimento de emergência, impedindo qualquer planejamento”, diz Monteiro. Além de uma alocação mais eficiente das polícias, também é preciso avançar na investigação de crimes em bloco, identificando redes e estruturas de receptação. Uma política que segue esse princípio é a do Celular Seguro, iniciativa presente em diversos estados, criada no

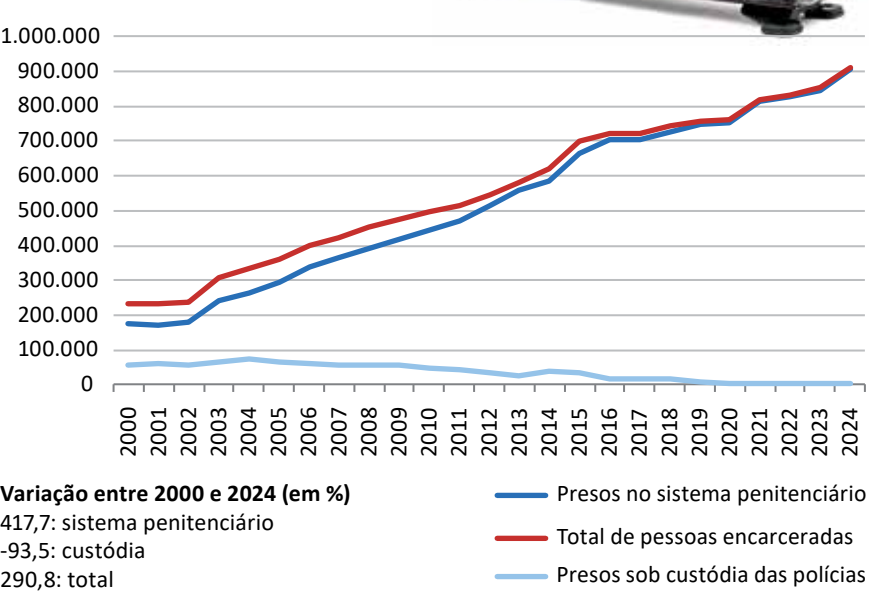
Piauí. A partir dos boletins onde consta o número de registro dos aparelhos (Imei), e a parceria com as operadoras de telefonia para identificar linhas que estejam usando esses aparelhos roubados, dificulta-se sua comercialização, inibindo o roubo.

Apelo eleitoral

Para a pesquisadora da FGV Eba-pe, mesmo com a pauta da segurança pública no foco da população brasileira em ano de eleições, é difícil pensar em um debate visando soluções estruturais. “Para o político, a forma mais direta de comunicar ao eleitorado sua preocupação com o tema é prometer mais polícia armada na rua, pois é o que as pessoas veem. Uma vez eleito, eu acho que o grande de-

Evolução da população prisional

Brasil, 2000-2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

safio que a gente tem é a gente ter uma nova safra de governadores que queiram puxar o problema para si”, diz. Isso implica uma agenda voltada ao investimento na profissionalização das polícias e em estruturas de medição de seus resultados – algo pouco popular, pois mexer na estrutura policial em geral é difícil e custoso. E, ainda, cuidar da gestão prisional, outro desafio não trivial. “Sempre digo que temos que fazer na área de segurança a mudança de paradigma que o Brasil fez na área de saúde com o SUS, mexendo em um sistema que era totalmente hospitalocêntrico, voltado ao tratamento de emergência, criando uma estrutura que inclui a prevenção e o atendimento de baixa e média complexidade que é referência mundial”,

compara. Para Joana Monteiro, um dos principais desafios é a integração da liderança federal nessa tarefa. “Não se trata de tirar poder das polícias dos governadores, mas definir atribuições em cada nível de governo.”

Fabio Giambiagi destaca que se trata de uma agenda de longo prazo citando o exemplo do Espírito Santo. “Quando Paulo Hartung foi eleito pela primeira vez governador (Hartung teve dois mandatos seguidos, de 2003-2010, e outro de 2015-2018), o estado passava por uma degradação institucional parecida com a do Rio, com o crime organizado tomando diferentes espaços do aparelho público. Mas ele se apresentou diante da sociedade apontando esse problema político-institucional, e de fato liderou uma mudança”, cita

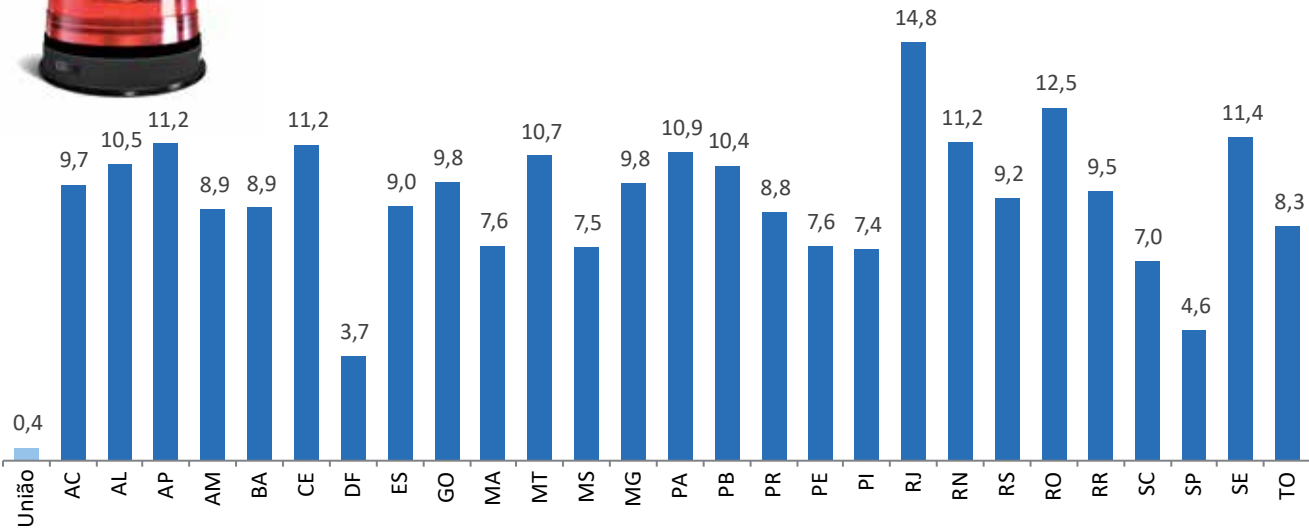
Giambiagi. “Hoje o Espírito Santo se destaca em diversos aspectos, das finanças públicas ao desenvolvimento de atividades econômicas antes não exploradas pela iniciativa privada, em um processo que perpassou seis gestões estaduais – cada uma com suas características, mas com um denominador comum de progressos continuados na administração pública em diversas áreas, incluindo a segurança pública.”

Para Giambiagi, o governador que assumir o Rio de Janeiro em 2027 precisará ter a mesma disposição em se comprometer com essa agenda – o que demanda sentar-se à mesa com o presidente eleito para buscar apoio federal. “Se a gente ficar nessas discussões um pouco bizantinas e superficiais que muitas vezes dominam a eleição, não vamos a lugar algum. Mas se o governador que for eleito souber entender até onde vai o papel do técnico e onde começa o papel do político, teremos condições de iniciar um processo de mudança que, para ser bem-sucedido, terá que ser necessariamente longo”, reforça.



Participação das despesas realizadas com a função segurança pública no total das despesas realizadas

União e Unidades da Federação – 2024



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



Confira o episódio do *Economia em 15* com Joana Monteiro e Fabio Giambiagi:

- <https://go.fgv.br/YahcqRuET6f>
- <https://go.fgv.br/KAeRkB7qqDg>

Argentina:

tratamento de choque em Rosário



Fabio Giambiagi, brasileiro que viveu a infância e parte da adolescência na Argentina e mantém o país em seu radar de análise, ilustra os desafios de fortalecimento da institucionalidade estatal no combate à criminalidade citando o exemplo de Rosário. A cidade, terceira mais populosa do país, fica na província de Santa Fé e abriga um importante complexo portuário. A partir dos anos 2010, viveu uma forte expansão do tráfico de drogas. Com a disputa territorial entre as facções, a taxa de homicídios em Rosário chegou a ser quatro vezes maior do que a média nacional. Em 2023, o candidato de oposição ao peronismo Maximiliano Pullaro, da União Cívica Radical, ganhou as eleições ao governo da província com forte defesa do combate ao narcotráfico – tema do qual já tratava enquanto deputado de Santa Fé, o que lhe rendeu várias ameaças antes mesmo de chegar ao governo. “Quando Pullaro começou sua política de encarceramento, os diversos grupos de narcotraficantes que brigavam por controle territorial se uniram em uma estratégia terrorista. Passaram a divulgar comunicados,

assinados pelas facções (entre as principais estão Los Monos e o clã Alvarado), de que no dia seguinte matariam um determinado número de pessoas, sem identificar quem”, descreve Giambiagi. “As primeiras vítimas foram motoristas de táxi, algo que reverberou fortemente, gerando uma comoção que fez a cidade parar. Escolas fecharam, e era impossível organizar um evento corporativo, tamanho o pânico gerado”, ilustra Giambiagi.

Em seu planode ação, Pullaro buscou ajuda da força militar argentina. Dada a resistência de parte significativa da população à ação militar, devido às violações aos direitos humanos nos “anos de chumbo”, buscou-se uma ação mais estratégica de intervenção, como o destacamento do comando de engenheiros do Exército para tarefas como de melhoria de infraestrutura em bairros críticos, e a intensificação de um sistema de análise com uso de inteligência artificial para investigação criminal.

Um ponto-chave para a redução da criminalidade em Rosário, entretanto, foi o foco no sistema prisional. Entre as iniciativas que



Rosário, Argentina

fizeram parte dessa política destaca-se a criação dos chamados pavilhões de “alto perfi” nas prisões, com restrição total de comunicações para chefes do narcotráfico, separando-os de presos comuns. “No caso de Rosário, a gestão prisional e controle dos presídios foi importante para a retomada do controle da situação”, reforça Joana Monteiro, da FGV Ebape. Monteiro lembra que se trata de um tema politicamente sensível, dada a alta capacidade de represália dos grupos. “No caso de Rosário, o governador teve de transferir sua família para outra região, diante das ameaças em seu início de governo”, lembra Giambiagi.

No Brasil, um caso ilustrativo, destaca Monteiro, é o do Ceará entre 2017 e 2019, “quando facções botaram fogo nas ruas durante três semanas consecutivas”, diz. “E também foi por gestão prisional que se seguiu grande parte do problema. Mas, para sem bem-sucedido, trata-se de uma questão de autoridade estatal”, afirma a especialista, ressaltando que autoridade estatal demanda legitimidade; e esta, por sua vez, depende de agentes que não estejam envolvidos com o crime. “Esse é um grande desafio. Costumamos ouvir que o crime organizado é um Estado paralelo, mas não: é algo imbricado no poder atual. E, se isso não for encarado, será tapar o sol com a peneira”, diz.

No livro de Giambiagi, Leandro Piquet Carneiro, Fabio Bechara,

“No caso de Rosário, a gestão prisional e controle dos presídios foi importante para a retomada do controle da situação”, reforça Joana Monteiro

e Mauricio Alves Barbosa (todos da USP) dedicam um capítulo à corrupção policial. Eles destacam que, quando deixa de ser uma prática individual para se tornar sistêmica, compromete gravemente a capacidade do poder público de combater o crime organizado. Em sua contribuição no livro, Monteiro e Ramón Chávez (Leme) defendem a criação de um núcleo permanente de inteligência e investigação para apurar conexões entre grupos criminosos armados e agentes públicos, incluindo de policiais civis e militares a membros do Judiciário, parlamentares e poderes Executivos estaduais. “O objetivo é elevar o custo institucional da colaboração entre agentes públicos e o crime organizado violento, ampliando os riscos de responsabilização administrativa, penal e patrimonial”, defendem.

(S.M., com os estagiários Arthur de Araújo Faria e Diego Barcellos Pereira)

Gestão com base em evidências



Muitas das iniciativas para aprimorar a gestão da segurança pública no mundo têm como base a experiência do Compstat, programa de gestão policial implantado no Departamento de Polícia de Nova York no início dos anos 1990, na gestão do prefeito Rudolph Giuliani. O foco desse sistema é valer-se de ciência de dados e reuniões periódicas com lideranças máximas, de forma sistematizada, visando ao monitoramento de metas e aprimoramentos contínuos para a redução da criminalidade. Com essa dinâmica apoiada em evidências, a ação policial torna-se gradualmente mais preventiva que reativa, o que, entre outros, tende a reduzir a ostensividade nas operações.

Entre as iniciativas nesse campo no Brasil está a do estado do Rio Grande do Sul, iniciada em 2019 com o programa RS Seguro, vinculado diretamente ao gabinete do governador. De acordo ao delegado Antonio Padilha, diretor-executivo do programa desde a sua origem, a estruturação do RS Seguro partiu da priorização de municípios

– foram inicialmente selecionados 23 com maiores índices de violência e criminalidade, que correspondem a quase metade da população do estado – e dos delitos – crimes violentos letais intencionais, roubos a pedestres e de veículos.

Padilha destaca que o início do programa aconteceu sob um contexto de crise fiscal do estado, sem recursos para investimentos, e uma taxa de 31,2 homicídios por 100 mil habitantes. “Era um número 30 vezes maior que a média na Europa.”, descreve Padilha. Em 2025, esse número de homicídios caiu para 12 a cada 100 mil habitantes. A média de roubos a pedestres, por sua vez, caiu de 184 em 2017, quando as estatísticas de violência chegaram ao pico no estado, para 34. Ele conta que a sistemática de governança do RS Seguro – “com metodologia clara e reuniões objetivas para tratar de problemas localizados” – contribui para agregar mais instituições no programa. No total, são mais de mil reuniões anuais. “Hoje em alguns desses encontros temos a participação do Ministério Público Estadual,



Foto: Vitor Rosa/Secom.

Antonio Padilha

Ministério Público Federal, o Poder Judiciário Estadual e do Poder Judiciário Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal”, enumera, o que permite maior troca de informações para a adoção de estratégias. “À medida que o processo foi sendo sedimentado, pudemos alavancar a interoperabilidade entre bases de dados, que hoje está em andamento”, descreve o delegado de carreira. “Hoje chegamos a um nível de maturidade em que o Judiciário franqueou o acesso ao sistema deles em grande volume de dados”, ilustra. Com isso, é possível o acompanhamento de toda a tramitação de uma ocorrência, se levou à elucidação de um crime, derivou em uma pena, e se houve seu cumprimento. “Isso servirá para que todos analisem o resultado desse trabalho, se uma delegacia precisa aprimorar seus processos, por exemplo. E, à medida em que a gente tiver essas informações bem estruturadas, todos os envolvidos – Executivo, Ministério Público, Poder Judiciário – poderão incentivar as melhores políticas de gestão dentro das suas instituições e disseminar essas boas práticas no sistema como um todo”, explica.

Um exemplo de novo uso de dados citado por Padilha é o desenvolvimento, junto com a London School of Economics, de uma ferramenta de modelo de risco para reincidência em violência doméstica familiar. “Estamos trabalhando com grandes bases de dados disponíveis no Executivo, da área penitenciária, penal, e da polícia civil. Com isso, busca-

“Hoje chegamos a um nível de maturidade em que o Judiciário franqueou o acesso ao sistema deles em grande volume de dados”, Antonio Padilha

mos modelagens para identificar o perfil de determinado agressor, de determinada vítima, qual a probabilidade de haver novamente um ato de violência. Trata-se de uma enormidade de funções para qualificar as nossas análises e, com isso, fomentar as políticas públicas do estado.” Outra iniciativa destacada pelo líder do RS Seguro é o impulsionamento do banco de material genético de condenados – passando de 850 perfis em 2018 para mais de 22 mil, tornando o Rio Grande do Sul o terceiro estado com o maior número de inscrições desse tipo no banco nacional, à disposição do sistema prisional.

Padilha destaca que se trata de uma mudança de cultura institucional em prol do trabalho em conjunto. “À medida que se conseguiu criar um ambiente em que as instituições se reúnem e de fato discutem como resolver problemas que são comuns, há uma transformação”, conclui. (S.M.).

Letramento em análise de dados



A ciência de dados é uma ferramenta essencial para o avanço no combate à criminalidade, mas depende de decisão política e formação de especialistas. No Brasil, ainda que existam iniciativas bem-sucedidas nesse campo, a avaliação é de que falta escala na adoção de soluções envolvendo ciência de dados. “Precisamos de mais letramento e incentivo no uso dessas ferramentas, para de fato termos uma cultura de dados dentro das secretarias de segurança pública”, afirma José Macedo, professor do Departamento de Computação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Macedo foi cientista-chefe do governo do Ceará na área de Segurança Pública entre 2017-2019, época em que o estado teve que apresentar respostas institucionais consistentes para conter um *boom* de criminalidade violenta. Entre as ferramentas desenvolvidas por Macedo nesse período está o Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia) – que a partir de imagens de câmeras de segurança faz reconhecimento facial e de placas de veículos, contribuindo, entre outros, para a detecção de carros roubados – e o Cerebrum, uma plataforma de *big data* que no Ceará interage com

mais de 60 bases de dados, permitindo a geração de mapas criminais georreferenciados. “Consolidando essa grande quantidade de informações – que vão do criminal, do sistema prisional, Detran às de companhia de água e esgoto –, é possível caracterizar contextos relacionados a alvos de crimes”, explica Macedo. Agora, o especialista trabalha em uma ferramenta de informações em tempo real, estendendo seu uso do campo da inteligência para as ações do dia a dia.

Macedo afirma que uma ação policial apoiada em evidências a partir da ciência de dados depende, em primeira instância, do comprometimento do gestor público – que pode oscilar de acordo ao governo de turno. Ele lembra que, quando começou a trabalhar para a área de segurança, foi comum identificar bases de dados inconsistentes fruto, por exemplo, do preenchimento incompleto de ocorrências pelos agentes, comprometendo a qualidade do dado e a integração estatística. “A valorização dessa cultura partindo do gestor principal é importante inclusive no convencimento de diferentes secretarias para a integração de bases, algo ainda muito difícil”, explica.

No campo preventivo, um caso ilustrativo é o uso do georreferenciamento na detecção das chamadas manchas de calor, onde se concentram os principais crimes de rua. “No Brasil e em vários lugares do mundo, já se comprovou que há uma alta concentração das ocorrências”, diz. A partir de uma ferramenta desenvolvida para o Ministério da Justiça, Macedo foi convidado a fazer parceria com um especialista inglês em algoritmo de roteamento para o desenvolvimento de uma ferramenta de análise de *hotspots* que hoje é usada em cinco delegacias londrinas.

No âmbito nacional, Macedo lembra que a lei do Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinesp) estabelece a integração das bases de dados de todo o Brasil, mas que essa agregação não tem acontecido a contento. “Também precisamos da liderança do governo federal para fazer o Sinesp funcionar para interligar mais dados de todos os estados, e fazer com que ele de fato funcione – o que também poderia incentivar os estados a trocar experiências e coordenar estratégias comuns”, avalia. (S.M.)



Nova agenda

O livro *Um renascer para o estado do Rio de Janeiro* (Editora Lux, 2025) é o terceiro que Giambiagi dedica à terra em que nasceu. Em *Rio* (Elsevier, 2011), coorganizado pelo economista André Urani (1960-2011), e *Depois dos jogos: pensando o Rio para o pós-2016* (GEN Atlas, 2015), o foco estava na capital fluminense e seus potenciais de desenvolvimento a partir de políticas públicas adequadas e da atração de investimentos impulsivada pelos dois principais eventos esportivos mundiais que passaram pela cidade: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016. “O que aconteceu, entretanto, foi que o país mergulhou em uma depressão terrível, e que no Rio foi muito mais acentuada”, lembra Giambiagi. Entre 2014 e 2016, o Brasil estava sob recessão econômica, e vivia um delicado momento político. Vale lembrar que uma inesperada expectativa para a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos foi a de quem representaria o país nas tribunas do Maracanã: o presidente interino ou a presidente em processo de *impeachment*.

Desta vez, às vésperas das eleições estaduais, Giambiagi organi-

za sugestões de estratégias para o estado com a ajuda dos economistas Marco Aurélio Cardoso, ex-secretário da Fazenda da cidade do Rio e do estado do Rio Grande do Sul, e Guilherme Tinoco, do BNDES, especialista em finanças subnacionais, que reuniram os 27 autores que participam da obra.

Desta vez, os organizadores decidiram abrir o livro tratando da corrupção e da criminalidade, defendendo que o sucesso de qualquer indicador econômico depende do combate a esses problemas. “Isso é tão avassalador no Rio, que chegamos à conclusão de que não havia como dar um tratamento condizente ao conjunto de desafios do Rio sem começar pelo tema da segurança, tratando da institucionalidade degradada que envolve esse tema”, afirma Giambiagi destacando as implicações da criminalidade não apenas em termos de danos pessoais – de mortes a perdas em termos de capital humano com escolas fechadas em função da violência –, mas de atividades econômicas comprometidas, de comércios em territórios controlados a concessões de serviços públicos.



Juntamente às finanças públicas, corrupção e criminalidade violenta são os temas classificados por Giambiagi, Tinoco e Cardoso como pilares, configurando a primeira parte do livro. As demais agendas contempladas nas análises são divididas em outras duas partes. Uma dedicada à atração do setor privado, na qual entram propostas como a de uma estratégia refundacional para o setor de petróleo, uma análise das experiências de desestatização no estado, turismo, economia criativa, inovação, mobilidade urbana e adaptação às mudanças climáticas. Outra voltada a pensar as políticas sociais, onde se destacam o setor de saúde, com foco na gestão e adoção tecnológica, e ações na área de educação. “Nosso grão de areia para esse debate tão importante”, afirma Giambiagi. (S.M.)